

doi 10.46943/X.CONEDU.2024.GT21.012

ADOLESCER NO BRASIL: DESAFIOS E PERSPECTIVAS DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE SAÚDE

Sharlene Pereira Alves¹
Nilson Vieira Pinto²
Patrícia Ribeiro Feitosa Lima³

RESUMO

As políticas públicas atribuídas aos adolescentes evidenciam as representações sociais destinadas a esses grupos ao longo da história. Este estudo teve como objetivo analisar a produção científica sobre os desafios e as perspectivas das políticas públicas de saúde para os adolescentes no Brasil. Trata-se de uma revisão de literatura realizada nas bases de dados Scientific Electronic Library Online e Google Scholar, utilizando a combinação dos descritores adolescente, política pública e saúde. Esta análise resultou em 16 artigos científicos, incluindo legislações, sem marco temporal definido. Pode-se identificar que as políticas de saúde para os adolescentes adquiriram maior destaque recentemente em virtude dos efeitos da pandemia de Covid-19 sobre esse público. A construção da adolescência passa por referência etária e biológica, além de relações entre gerações e concepções sociais. A exposição constante a variados agentes traz aos adolescentes o risco de desenvolverem comportamentos que afetam a saúde, o bem-estar integral e a competência social, como o crescimento da violência e o uso irracional de substâncias medicamentosas, com ou sem prescrição, endossando a deficiência assistencial na área da saúde. Assim, situar a adolescência como enfoque de política pública e produção científica demanda uma ótica integral, interprofissional e multisetorial, com reconhecimento desse público como sujeitos de direitos. Nota-se a necessidade de avaliação dos

- 1 Mestranda do Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará - IFCE, Ceará, sharlene.pereira02@aluno.ifce.edu.br;
- 2 Pós-doutorado em Saúde Coletiva na Universidade de Fortaleza, UNIFOR, nilsonvieira@ifce.edu.br;
- 3 Pós-doutorado em Educação na Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, UNESP, patriciafeitosa@ifce.edu.br.

fatores históricos e sociais em torno da adolescência para o delineamento de estratégias e ações objetivando a promoção da saúde articulada intersetorialmente.

Palavras-chave: Adolescente, Política pública, Saúde.

INTRODUÇÃO

As políticas públicas atribuídas aos adolescentes evidenciam as representações sociais destinadas a esses grupos ao longo da história. Vale lembrar que a adolescência, segundo a Organização Mundial da Saúde (OMS), compreende o período cronológico que se estende dos dez aos 19 anos de idade, sendo uma fase marcada por transformações psicológicas e sociais, como também anatômicas e fisiológicas, o que pode contribuir para vulnerabilidade e comportamentos de riscos (Barbosa *et al.*, 2022a). Soma-se a isso o fato de que esse é um período em que os adolescentes lidam com inúmeras descobertas e conflitos externos e internos, inclusive no ambiente escolar.

É importante mencionar que existem situações de vulnerabilidade às quais os adolescentes são expostos continuamente, e que podem ocasionar infecções sexualmente transmissíveis. Dessa forma, podem-se pontuar: condições socioeconômicas, prática sexual precoce, não adesão ao uso do preservativo, baixo nível de escolaridade, diferenças de gênero e barreiras de comunicação e acessibilidade aos serviços de saúde em nível de atenção primária (Franco *et al.*, 2020).

No tocante à promoção da saúde sexual e reprodutiva dos adolescentes, essa ação consiste em uma responsabilidade mútua da escola, da família e da comunidade. Contudo, nota-se que fatores como a falta de diálogo, a educação autoritária imposta pelos pais e a escassez de ações educativas contribuem para aumentar os mitos e tabus acerca da saúde sexual e reprodutiva ainda nos dias atuais, o que aumenta a exposição a práticas sexuais inseguras no público jovem, que, geralmente, experimenta a sexualidade de forma mais aguçada (Reis *et al.*, 2023).

A partir do pressuposto, Franco *et al.* (2020) comprovam que a prevenção às doenças, agravos e desfechos negativos em saúde tem obtido relevância significativa, e a educação em saúde, através de ações estratégicas, deve ser direcionada aos diferentes públicos, incluindo, em grande parte, os adolescentes escolares.

De acordo com os Parâmetros Curriculares Nacionais para o Ensino Médio - PCNEM (Brasil, 2000) trabalhar esse tema na escola funciona como uma atividade integrada, com transversalidade por todos os níveis de ensino e disciplinas, pois está relacionada a uma questão inerente ao ser humano, desenvolvida de forma coletiva e social ao longo da vida.

Assim, esse trabalho consistiu em uma revisão bibliográfica cujo objetivo foi analisar a produção científica sobre os desafios e as perspectivas das políticas públicas de saúde para os adolescentes no Brasil.

METODOLOGIA

Trata-se de uma revisão bibliográfica em que foram utilizadas as bases de dados *online* SCIELO – Scientific Electronic Library Online – e Google Scholar, aplicando os descritores adolescentes, política pública e saúde.

Dessa forma, inicialmente foi realizada uma busca de pesquisas sobre as políticas públicas em saúde, objetivando identificar as concepções históricas no cuidado com a saúde do público adolescente, citadas em periódicos, por meio da literatura sobre o tema.

Destarte, foram empregados como critérios de inclusão os estudos que abordavam políticas públicas voltadas para o público adolescentes, textos nacionais e trabalhos publicados sem marco temporal definido. Para finalizar a seleção, foram descartados os textos que não atendiam os critérios estabelecidos.

Assim, foram selecionados 16 artigos, organizados em fichas onde constava uma síntese para apreender as concepções históricas políticas voltadas para a saúde dos adolescentes.

REFERENCIAL TEÓRICO

Sehnm *et al.* (2019), a adolescência é delineada por uma referência etária e biológica, cuja construção acontece de acordo com relações entre gerações e concepções sociais. Em virtude de ser uma fase de mudanças na vida dos indivíduos com velocidade considerável (Valença; Guimarães; Siqueira, 2020), Medeiros *et al.* (2021) defende a necessidade de avaliação dos fatores históricos e sociais em torno dessa etapa, de delineamento de estratégias e ações objetivando a promoção da saúde nos ambientes escolares, além do acompanhamento contínuo da saúde dos escolares.

Essa demanda também é reforçada pela preocupação com a extensão de eventos patológicos para a fase adulta, como, por exemplo, o transtorno depressivo, que aparenta ter relação com uma maior probabilidade de chances de doença cardiovascular e aterosclerose prematura. O acontecimento de

um episódio aumenta a probabilidade de continuidade dos eventos no futuro (Valença; Guimarães; Siqueira, 2020).

Tal fator é preocupante uma vez que a criança e o adolescente são constantemente expostos a uma grande variedade de agentes, estando sob o risco de desenvolverem comportamentos que afetam a saúde, o bem-estar integral e a competência social do adolescente (Sales *et al.*, 2020; Cardoso; Cecconello, 2019).

Em se tratando da saúde mental desse público, Grillo e Silva (2004) relatam que ainda não existe um consenso sobre a definição dos transtornos psiquiátricos, pois estes podem apresentar variações em diferentes culturas. Soma-se a isso a dificuldade de sua detecção precoce e de mensuração objetiva da presença e gravidade desses transtornos comportamentais. Apesar de poucas situações conduzirem a criança ou o adolescente à consulta pediátrica em um serviço de urgência e emergência, o reconhecimento precoce das manifestações comportamentais adversas pode propiciar o encaminhamento adequado para que intervenções possam melhorar o quadro do indivíduo (Hartmann, 2020).

Outro aspecto preocupante para a saúde pública consiste no consumo de medicamentos, um índice relacionado diretamente com a qualidade dos serviços de saúde. Nesse âmbito, as crianças e adolescentes representam um grupo fortemente predisposto ao uso irracional de substâncias medicamentosas com e sem prescrição médica (Valença; Guimarães; Siqueira, 2020).

O crescimento e a difusão da automedicação a nível mundial obtêm contribuição significativa de fatores econômicos, políticos e culturais. Avanci, Assis e Oliveira (2013) observam que o padrão de utilização de medicamentos na infância e na adolescência ainda são deficientes, principalmente nos países em desenvolvimento. A prevalência no Brasil ainda dispõe de poucos estudos e abordagem não sistemática, possuindo análises em diferentes faixas de idade, variando de 7,1 a 53,2% (Avanci; Assis; Oliveira, 2013).

Ainda que haja uma contradição no que diz respeito à influência do padrão de utilização dos serviços de saúde e automedicação, Valença, Guimarães e Siqueira (2020) observaram que usuários do sistema público de saúde demonstraram maior probabilidade de adesão à automedicação. Tal fato indica a importância da adoção de políticas de intervenções e estratégias de promoção e proteção à saúde, objetivando a prevenção da automedicação, sobretudo no público infantil e adolescente.

O reforço das políticas de saúde para adolescentes adquiriu ainda maior destaque nos últimos anos em virtude dos efeitos da pandemia de Covid-19 sobre esse público. A mudança na rotina das pessoas em decorrência das situações de isolamento e distanciamento provocou alterações profundas na rotina familiar, atingindo sobretudo crianças e adolescentes (Marques *et al.*, 2020).

Em virtude da sobrecarga sobre os pais e responsáveis gerada com essa nova rotina doméstica, a UNICEF (2020) desenvolveu um documento de orientações sobre o manejo familiar no contexto da pandemia, onde alertou para a possibilidade de ansiedade em adolescentes em situação de vulnerabilidade. Esse apontamento vem acompanhado de relatos de aumento de estresse e ameaça ao bem-estar de crianças e adolescentes (Spinelli *et al.*, 2020; Prime; Wayde; Browne, 2020).

Portanto, além de encararem a realidade naturalmente inerente à fase da adolescência, os jovens necessitaram de uma readaptação acoplada ao confinamento, uma vez que, de acordo com Polanczyk (2020), as implicações do isolamento social sobre a saúde mental, inclusive de crianças e adolescentes, podem delinear uma nova onda da pandemia. Assim, valida-se a necessidade de refletir acerca da adolescência e família também no contexto da pandemia.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

As políticas públicas atribuídas a jovens e adolescentes proporcionam o entendimento das representações sociais destinadas a estes grupos ao longo da história (Tasca; Brandão; Branco, 2020). No intuito de traçar as diferenças entre jovem e adolescente, Silva e Lopes (2009) apontam que o primeiro grupo se encontra com mais destaque como objeto da sociologia, sendo avaliado no âmbito do conjunto das relações sociais. A adolescência, por sua vez, aparece com mais frequência nos processos biológicos de mudança corporal e construção da personalidade, estando mais presente em pesquisas do campo da saúde.

Em tese, o cuidado à saúde do adolescente consiste em um processo complexo e multifatorial, visto que recebe influência de vários aspectos, como por exemplo, o contexto social, o qual se relaciona diretamente com os padrões de comportamento e com as condições de acesso à informação e à saúde (Barbiani *et al.*, 2020). Além disso, Silva e Engstrom (2020) listam outros pontos envolvidos na atenção à saúde desse público, como a qualidade de vida, satisfação

pessoal, aquisição de competências sociais, proteção contra a violência, acesso a condições básicas de vida.

Porém, em se tratando do atual estágio de cobertura do sistema de saúde no país para com a população adolescente, este ainda se encontra no nível incipiente quando confrontado às políticas destinadas a pessoas de outros segmentos, como crianças e idosos. Dessa forma, Barbiani *et al.* (2020) apresentaram recomendações de novos estudos, posicionando os desafios e perspectivas a serem trabalhados, seja do ponto de vista da disponibilização de serviços de qualidade e equidade, seja do seguimento das pesquisas.

Embora outros estudos demonstrem progressos na utilização dos serviços de saúde no país, ainda são notórias desigualdades geográficas e sociais, sobretudo em grupos minoritários (Miranda *et al.*, 2023). No que se refere ao público adolescente, Santana *et al.* (2021), em seu estudo, apontam a baixa procura ao serviço de saúde, ainda que identifiquem a necessidade de consultar um profissional da área.

Em virtude de ser uma fase de construção de hábitos, inclusive vinculados à saúde, os serviços devem se aproximar cada vez mais dos adolescentes e jovens, promovendo ações de educação e promoção de saúde centradas nas necessidades constatadas por esses indivíduos em seus diferentes contextos socioculturais e particularidades (Santana *et al.*, 2021).

Nesse contexto, situar a adolescência e a juventude como enfoque da política pública e de produção científica demanda uma ótica baseada por evidências, integral, interprofissional e multisetorial, no reconhecimento desse público como sujeitos de direitos, como também na vinculação de suas reais necessidades nas pautas políticas (Barbiani *et al.*, 2020).

O recorte atinente à juventude é recente nos marcos legais do país. Dourado, Santos e Alves (2022) afirmam que as primeiras citações a este grupo como pessoas com direitos remontam à segunda metade dos anos 1980. De início, haviam políticas públicas direcionadas aos adolescentes abordando a dimensão da violência, até então designada como seu registro típico, em virtude da suposta tendência a cometer atos criminosos.

Ao fim da década de 1980, surge o Programa de Saúde do Adolescente (Prosad), incentivado por movimentos sociais que participavam da redemocratização brasileira, do movimento da reforma sanitária e da criação do SUS. O Prosad, elaborado pelo Ministério da Saúde, foi o primeiro programa a estimular

a participação social da juventude no desenvolvimento de políticas públicas na área da saúde (Jager *et al.*, 2014).

A partir da década de 1990, as políticas públicas passam a reforçar a participação dos jovens no controle social, considerando-os como sujeitos autônomos, devendo ser inseridos nas decisões do Estado. O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) consiste em um relevante marco político-institucional dessa época, pois este documento reafirma que crianças e adolescentes são portadores de direitos, não sendo apenas objetos de intervenção do Estado ou da família (Brasil, 2010b).

O crescimento da juventude participativa, associado à criação do Conselho Nacional da Juventude e da Política Nacional da Juventude proporcionaram a formulação de políticas públicas elaboradas a partir das demandas das juventudes (Tasca; Brandão; Branco, 2020).

Na área da saúde, em 2004 foi desenvolvido o texto “Políticas de Atenção à Saúde de Adolescentes e Jovens” e promovida a I Oficina de Elaboração do Marco Teórico Referencial da Sexualidade e Saúde Reprodutiva de Adolescentes e Jovens, documentos que marcaram o início da participação ativa dos jovens e adolescentes nas políticas públicas na área da saúde (Jager *et al.*, 2014).

Em 2010, o Ministério da Saúde criou as Diretrizes Nacionais de Atenção Integral à Saúde de Adolescentes na Promoção, Proteção e Recuperação da Saúde com base na Política Nacional de Atenção Integral à Saúde de Adolescentes e Jovens. A participação da juventude é destacada neste documento como um dos temas estruturantes para a atenção integral à saúde desse grupo (Brasil, 2010b).

O ano de 2020, por sua vez, é simbólico por abranger historicamente as principais conquistas da população infanto-juvenil no Brasil: demarcam-se os 30 anos da ratificação da Convenção sobre os Direitos da Criança (nela incluído o público adolescente) e da promulgação do Estatuto da Criança e do Adolescente, além do registro de dez anos de implantação das Diretrizes Nacionais de Atenção Integral à Saúde de Adolescentes e Jovens (Brasil, 2010b).

Apesar de ser um tema cuja produção científica ainda ser recente, tais políticas possuem como locus privilegiado de estudo o campo da atenção primária à saúde, concentrando as publicações em periódicos situados no âmbito da saúde coletiva e universidades públicas (Sehnen; Arboit, 2020).

No entanto, a Política Nacional de Atenção Integral à Saúde de Adolescentes e Jovens proporcionou destaque à integralidade da assistência

e ao trabalho intersetorial e interdisciplinar de ações de promoção da saúde e prevenção de agravos nesse público (Brasil, 2010b). A produção reuniu pesquisadores, profissionais de saúde, educadores, ativistas, representantes juvenis e gestores públicos, possuindo extensa produção de material técnico (Cabral; Brandão, 2020).

Reconhecendo o potencial de vulnerabilidade socioeconômica e política dos adolescentes e jovens, as diretrizes vêm para contribuir no direcionamento de criação de estratégias de cuidado, buscando prosseguir com uma visão holística e um tratamento sistêmico e humanizado das demandas desse público. Tais fatos contribuem para reter a atenção desses jovens e adolescentes nos serviços ofertados dentro das unidades de saúde, aumentando a movimentação deles para além da procura por serviços específicos (Silva; Engstrom, 2020).

Apesar disso, em estudo sobre o uso do serviço de saúde por adolescentes, Santana *et al.* (2021) informam que o hábito de procurar ou não esses órgãos, em casos de necessidade, pode ser referente a fatores culturais como também aos impedimentos quanto ao acesso aos serviços. Dentre os motivos alegados pelo público, o mais citado é a falta de necessidade, seguido pela distância geográfica relativa às zonas rurais, incompatibilidade de horários e morosidade do atendimento profissional.

Em vista dessas dificuldades, as diretrizes foram publicadas com o objetivo geral de sensibilização e mobilização de gestores e profissionais do SUS para agregar nas ações, políticas e estratégias que concorram para atenção integral à saúde dos adolescentes e jovens (Brasil, 2010b). Santana *et al.* (2021) reforçam que os serviços de saúde necessitam estabelecer cada vez mais proximidade com esse público, responsabilizando-se por ações de educação e promoção de saúde voltadas para as demandas dessa faixa etária em seus variados contextos culturais e particularidades.

A saúde dos adolescentes no Brasil pode adquirir ganhos importantes quando confrontada com a integralidade da atenção nos serviços de Atenção Básica à Saúde, de tal forma que a consolidação da atenção básica se mostra um pilar essencial para uma melhor atuação dos serviços voltados à saúde dos adolescentes (Brasil, 2010b; Santana *et al.*, 2021).

No entanto, Barbiani *et al.* (2020) reivindicam a importância do trabalho interprofissional e intersetorial na atenção integral à saúde dos adolescentes. Os autores salientam a necessidade de se compreender que a saúde não se desenvolve somente nos serviços de saúde. Além disso, elevam a dimensão da

articulação intersetorial das políticas na promoção da saúde, considerando os determinantes sociais da saúde relativos a esse grupo populacional, e sobretudo a articulação entre educação, assistência social e segurança pública (OMS, 2017; OPAS, 2023).

Com o intuito de colaborar na realização de atividades individuais e coletivas, assim do acompanhamento desse público nos serviços de saúde, o Ministério da Saúde publicou, em 2009, a Caderneta de Saúde do Adolescente, unificando informações sobre alterações corporais, alimentação, prevenção de doenças, saúde bucal, educação sexual e reprodutiva. Além de funcionar como produto educacional, esse instrumento proporciona campos de registro, tais como odontograma, calendário de imunização e acompanhamento da puberdade, do crescimento e do índice de massa corpórea para subsidiar o profissional nas ações de cuidado (Lima *et al.*, 2019).

Apesar disso, Lima *et al.* (2019) relatam a fragilidade das práticas e a carência no que diz respeito à atenção à saúde do público jovem no âmbito da Atenção Primária à Saúde, que ainda apresentam déficits de ações promovidas para atender às demandas desse grupo, geralmente marcadas pela ausência de vínculo, direcionadas para a doença e com pouco uso e reconhecimento da caderneta pelos profissionais e usuários.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esse trabalho teve como objetivo trazer uma revisão bibliográfica de pesquisas acadêmicas que envolviam predominantemente os temas adolescentes, políticas públicas e saúde. Ao envolver predominantemente o público adolescente nos desafios que cercam a construção de políticas públicas no país, é notória a necessidade de avaliação dos fatores históricos e sociais em torno da adolescência para o delineamento de estratégias e ações objetivando a promoção da saúde articulada intersetorialmente.

REFERÊNCIAS

AVANCI, J. Q.; ASSIS, S. G.; OLIVEIRA, R. V. C. Sintomas depressivos na adolescência: estudo sobre fatores psicossociais em amostra de escolares de um município do Rio de Janeiro, Brasil. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, n.

24, v. 10, p. 2334-2346, out. 2008. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0102311X2008001000014>>. Acesso em: 18 nov. 2023.

BARBIANI, R. *et al.* Atenção à saúde de adolescentes no Brasil: scoping review. **Revista Latinoamericana de Ciencias Sociales, Niñez y Juventud**, v. 18, n.3, p. 1-26, set.-dez. 2020. Disponível em: <<https://doi.org/10.11600/1692715x.18308>>. Acesso em: 11 dez. 2023.

BARBOSA, N. G. *et al.* Oficinas de educação sexual e reprodutiva para adolescentes. **Revista Brasileira de Extensão Universitária**, v. 13, n. 2, p. 187-199, mai.-ago. 2022a. Disponível em: <<https://doi.org/10.36661/2358-0399.2022v13n2.12241>>. Acesso em: 08 out. 2023.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Média e Tecnológica. **Parâmetros Curriculares Nacionais - ensino médio**. Brasília, DF, 2000. 109 p. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/blegais.pdf>>. Acesso em: 16 set. 2023.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção em Saúde. Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. **Diretrizes nacionais para a atenção integral à saúde de adolescentes e jovens na promoção, proteção e recuperação da saúde**. Série A: Normas e Manuais Técnicos. Brasília, DF, 2010b. 132p. Disponível em: <https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/diretrizes_nacionais_atencao_saude_adolescentes_jovens_promocao_saude.pdf>. Acesso em: 12 dez. 2023.

CABRAL, C. S.; BRANDÃO, E. R. Gravidez na adolescência, iniciação sexual e gênero: perspectivas em disputa. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 36, n. 8, p. 1-5, 2020. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/0102-311X00029420>>. Acesso em: 11 dez. 2023.

CARDOSO, A. S.; CECCONELLO, A. M. Fatores de risco e proteção para o suicídio na adolescência: uma revisão de literatura. **Revista Científica Perspectiva Ciência e Saúde**, Osório, v. 4, n. 2, p. 101-117, dez. 2019. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.29327/211045.4.2-5>>. Acesso em: 18 nov. 2023.

DOURADO, S. P. C.; SANTOS, W. L.; ALVES, A. C. P. Políticas públicas e geração: os estatutos do idoso e da juventude. **Revista Confluências**, Niterói, v. 24, n. 2, p. 298-314, mai.-ago., 2022. Disponível em: <<https://doi.org/10.22409/conflu.v24i2.52229>>. Acesso em: 11 dez. 2023.

FRANCO, M. S. *et al.* Educação em saúde sexual e reprodutiva do adolescente escolar. **Revista de Enfermagem da UFPE online**, v. 14, p. 1-8, 2020. Disponível em: <<https://doi.org/10.5205/1981-8963.2020.244493>>. Acesso em: 16 mai. 2023.

GRILLO, E.; SILVA, R. J. M. Manifestações precoces dos transtornos de comportamento na criança e no adolescente. **Jornal de Pediatria**, Rio de Janeiro, v. 80, supl. 2, p. 21-27, 2004. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0021-75572004000300004>>. Acesso em: 18 nov. 2023.

HARTMANN, P. B. **Depressão na infância e adolescência**: apresentação clínica. São Paulo, 02 out. 2020. Disponível em: <<https://pebmed.com.br/depressao-na-infancia-e-adolescencia-apresentacao-clinica/>>. Out. 2020. Acesso em: 18 nov. 2023.

JAGER, M. E. *et al.* O adolescente no contexto da saúde pública brasileira: reflexões sobre o PROSAD. **Psicologia em Estudo**, Maringá, v. 19, n. 2, p. 211-221, abr.-jun. 2014. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/1413-737221567004>>. Acesso em: 12 dez. 2023.

LIMA, J. N. *et al.* Utilização da caderneta de saúde do adolescente: percepção de profissionais. **Revista Brasileira em Promoção da Saúde**, v. 32, p. 1-8, 2019. Disponível em: <<https://doi.org/10.5020/18061230.2019.9002>>. Acesso em: 16 dez. 2023.

MARQUES, E. S. *et al.* A violência contra mulheres, crianças e adolescentes em tempos de pandemia pela COVID-19: panorama, motivações e formas de enfrentamento. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 36, n. 4, p. 1-6, abr. 2020. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/0102-311X00074420>>. Acesso em: 18 nov. 2023.

MEDEIROS, E. R. *et al.* Ações executadas no Programa Saúde na Escola e seus fatores associados. **Avances en Enfermería**, v. 39, n. 2, p. 167-177, mai. 2021. Disponível em: <<http://doi.org/10.15446/av.enferm.v39n2.86271>>. Acesso em: 16 nov. 2023.

MIRANDA, W. D. *et al.* Desigualdades de saúde no Brasil: proposta de priorização para alcance dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável. **Cadernos de Saúde Pública**, Belo Horizonte, v. 39, n. 4, p. 1-18, 2023. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/0102-311XPT119022>>. Acesso em: 11 dez. 2023.

OMS - ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. **Estrategia mundial para la salud de la mujer, el niño y el adolescente (2016-2030)**: salud del adolescente. 70.ª Asamblea Mundial de la Salud. Mai. 2017. 13 p. Disponível em: <https://apps.who.int/gb/ebwha/pdf_files/WHA70/A70_37-sp.pdf>. Acesso em: 16 dez. 2023.

OPAS - ORGANIZAÇÃO PANAMERICANA DA SAÚDE. **Global Accelerated Action for the Health of Adolescents (AA-HA!)**: guidance to support country implementation. 2. ed. 2023. 260 p. Disponível em: <<https://www.who.int/publications/i/item/9789240081765>>. Acesso em: 16 dez. 2023.

POLANCZYK, G. V. O custo da pandemia sobre a saúde mental de crianças e adolescentes. **Jornal da USP**, 11 mai. 2020. Disponível em: <<https://jornal.usp.br/?p=321462>>. Acesso em: 18 nov. 2023.

PRIME, H.; WADE, M.; BROWNE, D. T. Risk and resilience in family well-being during the COVID-19 pandemic. **American Psychologist**, v. 75, n. 5, p. 631-643, jul.-ago. 2020. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1037/amp0000660>>. Acesso em: 18 nov. 2023.

REIS, G. B. *et al.* Supervisão dos pais e comportamento sexual entre adolescentes brasileiros. **Revista Brasileira de Epidemiologia**, v. 26, suppl. 1, p. 1-9, 2023. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/1980-549720230013.supl.1.1>>. Acesso em: 17 mai. 2023.

SALES, J. K. D. *et al.* Fatores de risco associados ao comportamento sexual de adolescentes. **Revista Eletrônica Acervo Saúde**, n. 49, p. 1-10, 2020. Disponível em: <<https://doi.org/10.25248/reas.e3382.2020>>. Acesso em: 18 nov. 2023.

SANTANA, K. C. *et al.* Utilização de serviços de saúde por adolescentes rurais quilombolas e não quilombolas do semiárido baiano, Brasil. **Ciência e Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 26, n. 7, p. 2807-2817, jul. 2021 Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/1413-81232021267.09712021>>. Acesso em: 08 out. 2023.

SEHNEM, G. D.; ARBOIT, J. Educação em saúde com o adolescente que vive com HIV/aids: diálogos sobre sexualidade. **O Social em Questão**, Rio de Janeiro, v. 23, n. 46, p. 233-256, jan.-abr. 2020. Disponível em: <https://osocialemquestao.ser.puc-rio.br/media/OSQ_46_art_10.pdf>. Acesso: 11 dez. 2023.

SEHNEM, G. D. *et al.* Saúde sexual e reprodutiva dos adolescentes: percepções dos profissionais em enfermagem. **Avances en Enfermería**, Bogotá, v. 37, n. 3, p.

343-352, set.-dez. 2019. Disponível em: <<https://revistas.unal.edu.co/index.php/avenferm/article/view/78933>>. Acesso em: 18 nov. 2023.

SILVA, C. R.; LOPES, R. E. Adolescência e juventude: entre conceitos e políticas públicas. **Cadernos de Terapia Ocupacional da UFSCar**, São Carlos, v. 17, n. 2, p. 87-106, jul.-dez. 2009. Disponível em: <<https://www.cadernosdeterapiaocupacional.ufscar.br/index.php/cadernos/article/view/100/65>>. Acesso em: 12 dez. 2023.

SILVA, R. F.; ENGSTROM, E. M. Atenção integral à saúde do adolescente pela Atenção Primária à Saúde no território brasileiro: uma revisão integrativa. **Interface - Revisão**, Botucatu, n. 24, suppl. 1, p. 1-18, 2020. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/Interface.190548>>. Acesso em: 08 out. 2023.

SPINELLI, M. *et al.* Parents' stress and children's psychological problems in families facing the COVID-19 outbreak in Italy. **Frontiers in Psychology**, v. 11, n. 1713, p. 1-7, jul. 2020. Disponível em: <<https://doi.org/10.3389/fpsyg.2020.01713>>. Acesso em: 18 nov. 2023.

TASCA, B. G.; BRANDÃO, E. R.; BRANCO, V. M. C. Protagonismo juvenil: análise do projeto Rede de Adolescentes e Jovens Promotores da Saúde (RAP da Saúde) do município do Rio de Janeiro, na perspectiva de seus participantes. **Revista Saúde e Sociedade**, São Paulo, v. 29, n. 4, nov. 2020. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0104-12902020200070>>. Acesso em: 12 dez. 2023.

UNICEF - FUNDO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A INFÂNCIA. **How teenagers can protect their mental health during COVID-19: 6 strategies for teens facing a new (temporary) normal**. New York: Unicef, 2020. Disponível em: <<https://www.unicef.org/coronavirus/how-teenagers-can-protect-their-mental-health-during-coronavirus-covid-19>>. Acesso em: 18 nov. 2023.

VALENÇA, R. C. P.; GUIMARÃES, S. B.; SIQUEIRA, L. P. Prescrição e uso de antidepressivos em crianças e adolescentes: uma revisão da literatura. **Brazilian Journal of Development**, Curitiba, v. 6, n. 12, p. 94860-94875, dez. 2020. Disponível em: <<https://doi.org/10.34117/bjdv6n12-101>>. Acesso em: 18 nov. 2023.